

DEFENDER O INTERIOR DOS FOGOS FLORESTAIS

O minifúndio do Interior Norte e Centro de Portugal foi devastado em 2017 pelos trágicos fogos florestais que roubaram a vida a 125 dos nossos conterrâneos.

Desgraçadamente, depois disso as prioridades do governo agravaram ainda mais a situação das populações dessas regiões.

Desde logo porque o governo nada fez para aumentar as penas para os incendiários, que continuam, mesmo condenados em tribunal, a sair depois em liberdade porque a lei permite que lhes sejam apenas aplicadas penas suspensas.

O fogo posto florestal é um crime de terrorismo mortífero, como se viu em 2017, e era por aí que o Estado devia ter começado para dar um sinal de apoio e proteção às populações que foram duramente atingidas pelas catástrofes humanas e materiais de 2017, provocadas pelo colapso de atuação do próprio Estado.



CLEMENTE
PEDRO NUNES
PROFESSOR
CATEDRÁTICO
DO INSTITUTO
SUPERIOR
TÉCNICO

Em vez disso o governo optou, logo em 2018, por massacrar ainda mais as vítimas, intimidando os pequenos proprietários, muitos deles envelhecidos e descapitalizados, a gastarem dinheiro inutilmente para "limparem os terrenos", sem criar qualquer sistema para a subsequente recolha e aproveitamento dessa biomassa que assim fica apenas a secar nas terras, e à mercê do primeiro criminoso que lhe decida deitar fogo num dia quente de Verão.

Daí que a segunda prioridade do Governo devia ter sido a de criar uma estrutura de recolha, armazenagem e utilização segura dessa biomassa, a fim de através dela se poder produzir calor e eletricidade, reforçando assim as fontes de energia renovável do nosso país.

Note-se que durante sete meses de cada ano, de 15 de Março a 15 de Outubro, as queimadas florestais estão proibidas pelo que a

biomassa proveniente das limpezas dos terrenos se acumula durante todos estes meses nos terrenos rurais, e irá depois ajudar à propagação dos fogos florestais pela acumulação de matéria combustível.

Por isso é de louvar o programa que o Município de Viseu está a promover para recolher biomassa em todas as freguesias do concelho, sendo que essa biomassa será depois consumida com utilidade e segurança na central de biomassa que já foi construída.

São estruturas deste tipo que o governo devia promover em todo o Interior do minifúndio, transformando uma ameaça numa fonte de energia nacional e renovável que contribua para a sobrevivência económico-social das suas martirizadas populações.

Nesse mesmo sentido apontam as conclusões da Conferência Europeia sobre biomassa, a EUBCE 2019, realizada em Lisboa no final de Maio passado, em que participaram o Ministro do Ambiente e Transição Energética e o Secretário de Estado da Energia, e que se espera sejam levadas à prática.

Nomeadamente utilizando uma parte das

centenas de milhões de euros de Taxas de Carbono para promover a utilização da biomassa florestal do Interior, e não apenas para financiar os transportes públicos das grandes metrópoles do litoral.

Até porque, para além duma terrível tragédia humana, os fogos florestais de 2017 provocaram cerca de 6 milhões de toneladas de emissões de CO2.

Para que as populações do minifúndio do Interior de Portugal não sejam ignoradas pelo governo, convido todos os portugueses a assinarem o Manifesto por Uma Democracia de Qualidade <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=voto-cidadania>.



As prioridades do governo agravaram ainda mais a situação das populações dessas regiões